

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08220.001092/2026-18

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de limpeza, conservação e higienização nas unidades da Polícia Federal no Acre, os quais possuem natureza contínua, caráter essencial e são indispensáveis à manutenção das condições adequadas de salubridade, asseio, organização e funcionamento dos ambientes administrativos e operacionais.

2.2. A necessidade da nova contratação decorre, ainda, dos reiterados problemas verificados na execução do Contrato nº 13/2025 – SR/PF/AC, firmado com a empresa MULTI SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA, conforme registrado pela Fiscalização no bojo do Processo SEI nº 08220.000630/2025-68. Desde o início da execução contratual, foram constatadas irregularidades relevantes, tais como: início das atividades sem exames admissionais prévios; ausência de registro tempestivo dos empregados em CTPS; atraso no pagamento de salários; não concessão ou atraso na concessão de vale-transporte e auxílio-alimentação; atraso na abertura da conta-depósito vinculada; não apresentação da garantia contratual; ausência de entrega de uniformes completos; fornecimento de materiais em desacordo com as especificações contratuais; fornecimento insuficiente e irregular de insumos; e falhas operacionais capazes de comprometer a adequada execução dos serviços.

2.3. Consta, ainda, que a permanência dessas irregularidades levou a Administração a adotar medidas excepcionais, inclusive o pagamento direto de salários aos trabalhadores vinculados ao contrato, com o objetivo de evitar prejuízos aos empregados e impedir a descontinuidade dos serviços. Além disso, a fiscalização registrou risco de paralisação ou desmobilização da equipe, insatisfação dos colaboradores, exposição da Administração a risco trabalhista, sobrecarga da atividade fiscalizatória e instabilidade operacional do ajuste, circunstâncias que demonstram que os problemas não foram pontuais, mas sucessivos e persistentes.

2.4. Somam-se a isso as alterações supervenientes de necessidade administrativa decorrentes da mudança da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul para nova sede, fato que ampliou de forma significativa a área a ser atendida pelos serviços contratados. Com a nova instalação, houve aumento aproximado de 51% na metragem quadrada abrangida pela contratação, circunstância que repercute diretamente na demanda por mão de obra, insumos, equipamentos e rotinas operacionais, exigindo redimensionamento da solução inicialmente contratada.

2.5. Nesse cenário, mostra-se inviável pretender absorver tal expansão por mero acréscimo quantitativo no contrato atualmente em execução, seja em razão das limitações práticas e operacionais já evidenciadas na execução contratual, seja porque a ampliação da área atendida representa alteração substancial da realidade fática que fundamentou a contratação originária. Além disso, seria contraproducente determinar o retorno de fase do certame já em execução, especialmente diante da necessidade de garantir continuidade imediata de serviços essenciais e da urgência em adequar a contratação às condições atuais das unidades atendidas.

2.6. Dessa forma, a nova contratação revela-se necessária não apenas para substituir uma execução contratual marcada por falhas reiteradas, mas também para atender adequadamente à nova configuração estrutural da Polícia Federal no Acre, em especial com a ampliação da área da unidade de Cruzeiro do Sul. A medida busca resguardar o interesse público, assegurar a continuidade de atividade essencial, prevenir riscos administrativos, operacionais e trabalhistas, e restabelecer padrão adequado, regular e eficiente de prestação dos serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/AC	GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Mínimos:

4.1.1. A licitante deverá comprovar aptidão para a execução do objeto licitado por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que tenham contratado serviços similares. Os atestados devem estar em papel timbrado, conter assinatura do responsável e atender aos seguintes requisitos:

- Identificação da empresa emitente: razão social, CNPJ, endereço completo;
- Nome completo, cargo e assinatura do responsável pela emissão;
- Descrição detalhada dos serviços executados, incluindo área atendida (em m²), frequência (diária, semanal etc.), jornada de trabalho e escopo (limpeza geral, técnica, hospitalar etc.);
- Período de vigência contratual, com datas de início e fim;
- Informações sobre o fornecimento de materiais, equipamentos e supervisão técnica pela contratada.

4.1.1.1. Será exigida a comprovação de experiência mínima de 36 (trinta e seis) meses, ainda que em períodos não contínuos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. É permitido o somatório de atestados, desde que não haja sobreposição de períodos.

4.1.2. Os serviços comprovados nos atestados devem ter características compatíveis com o objeto licitado, especialmente quanto a:

- Área estabelecida pelo órgão;
- Execução contínua e regular com alocação de pessoal fixo;
- Fornecimento de insumos (materiais de limpeza, utensílios e EPIs);
- Utilização de equipamentos profissionais (lavadoras, enceradeiras, aspiradores etc.);
- Atuação em ambientes públicos ou de grande circulação (ex: órgãos públicos, escolas, hospitais, aeroportos, tribunais etc.);
- Existência de supervisor técnico dedicado ao acompanhamento da execução dos serviços.

4.1.3. Além dos atestados, será exigido da licitante:

- Comprovação de que dispõe de estrutura mínima para fornecimento de uniformes, EPIs e equipamentos compatíveis com a rotina operacional exigida;
- Declaração de que os produtos a serem utilizados possuem registro ou notificação na ANVISA, quando exigido por regulamentação sanitária.

4.1.4. A licitante deverá apresentar, ainda:

- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:
- Certidões negativas ou positivas com efeito de negativas junto à Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Declaração de que adotará as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive fornecendo todos os EPIs obrigatórios;
- Declaração de que os trabalhadores alocados estarão devidamente registrados, com remuneração e encargos compatíveis com a Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

4.1.5. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.

4.2. Plano de Gestão de Riscos Ocupacionais

4.2.1. A empresa contratada deverá elaborar e apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a contar da assinatura do contrato, um Plano de Gestão de Riscos Ocupacionais voltado exclusivamente para acidentes que possam impactar o Fator Acidentário Previdenciário (FAP) e o Risco Ambiental do Trabalho (RAT).

4.2.2. O plano deverá contemplar, no mínimo o que está disposto no Modelo anexo ao Termo de Referência.

Observação: Caso a contratada ainda não possua plano estruturado, poderá utilizar como parâmetro inicial o modelo apresentado pela Administração, devendo adaptá-lo à sua realidade organizacional e às condições do contrato em vigor. O plano deverá ser validado pelo setor de fiscalização e amplamente divulgado aos colaboradores atuantes no local de prestação dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado demonstrou a existência de mercado fornecedor ativo e suficiente para a prestação de serviços de limpeza e conservação no Estado do Acre, com quantidade relevante de empresas atuantes e histórico de participação em contratações públicas.

5.2. Verificou-se a presença de fornecedores distribuídos em diferentes municípios do Estado, com concentração em Rio Branco/AC, mas também com atuação em outras localidades, o que indica oferta regional estruturada e reduz o risco de baixa competitividade no certame.

5.3. Constatou-se, ainda, que diversas empresas já foram vencedoras em contratações anteriores para objeto semelhante, o que evidencia experiência prévia no atendimento à Administração Pública e reforça a viabilidade de execução do serviço.

5.4. Observou-se também predominância de microempresas entre os fornecedores identificados, aspecto que amplia o potencial competitivo da futura contratação e favorece a participação de empresas de menor porte, desde que atendidos os requisitos de habilitação exigidos.

5.5. Diante disso, conclui-se que há oferta de mercado compatível com a necessidade administrativa, com fornecedores em número suficiente e histórico de atuação no setor, razão pela qual o levantamento de mercado confirma a viabilidade da contratação pretendida.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio das áreas internas e externas das unidades atendidas, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos, utensílios, ferramentas e equipamentos de proteção individual necessários à completa execução dos serviços.

6.2. A contratação deverá assegurar a manutenção permanente das condições adequadas de limpeza, salubridade, conservação e organização dos ambientes, de modo a permitir o regular funcionamento das atividades institucionais, a adequada utilização dos espaços físicos e a preservação dos bens móveis e imóveis.

6.3. A execução dos serviços compreenderá, de forma integrada, as rotinas ordinárias e periódicas de limpeza e conservação, conforme a natureza de cada ambiente, a criticidade da área, a circulação de pessoas e a necessidade administrativa, observando-se as frequências, metodologias, padrões de desempenho e demais especificações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos.

6.4. A solução abrange todos os recursos indispensáveis à execução contratual, inclusive:

- a) disponibilização da mão de obra necessária, devidamente uniformizada, identificada, capacitada e em quantitativo compatível com a demanda contratada;
- b) disponibilização de preposto para interlocução com a fiscalização e acompanhamento da execução;
- c) fornecimento integral de materiais, saneantes, produtos de limpeza, sacos de lixo, utensílios, equipamentos e EPIs;
- d) reposição tempestiva de materiais e substituição imediata de itens inadequados, danificados ou insuficientes;
- e) manutenção ou substituição dos equipamentos utilizados na execução, sem ônus adicional para a Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

TIPO DE ÁREA	Qualificação do Empregado	Área Total Contratada	Produtividade Mínima Permitida Utilizada como Parâmetro conforme IN N° 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	Periodicidade/Frequência	Horas/Jornada Total de Limpeza Mês	Resumo do N° de Empregados Disponibilizados
		(m²)	(m² / dia)			
Área de piso interna	Servente	9.796	1200	Diária	22 dias úteis x 8h/dia = 176 h (mês)	8,16
			Mínima		176	
Área de piso externa e terra	Servente	30.738	2700	Diária	22 dias úteis x 8h/dia = 176 h (mês)	11,38
			Mínima		176	
Esquadrias internas e externas	Servente	5.171	160	3 vezes no mês	3 vezes/mês (cada vez 8h) = 24 h	4,40
			Mínima		24	
Fachadas Envidraçadas	Servente	6.472	160	Semestralmente	16 horas/6 = 2 vezes (ao longo de 6 meses) = 2,67 h	0,61
			Mínima		2,67	
H	Total Áreas		52177			25
Supervisor de todas as áreas	Encarregado	Instrução Normativa n° 05/2017: 1 encarregado para cada 30 serventes ou fração.				1

7.1. As estimativas das quantidades a serem contratadas foram revistas e ajustadas com base nas características reais das áreas da nova Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC, observando-se os parâmetros de produtividade previstos na IN 05/2017 para os serviços de limpeza e conservação.

7.2. No caso concreto, a antiga unidade de Cruzeiro do Sul possuía área total estimada de 1.957 m², enquanto a nova edificação passou a apresentar área total estimada de 23.442 m². Trata-se de aumento extremamente expressivo da metragem a ser atendida, o que demonstra que a simples manutenção da produtividade anteriormente adotada, sem a devida readequação técnica, resultaria em dimensionamento desproporcional da força de trabalho e, por consequência, em elevação excessiva do valor contratual.

7.3. Diante desse cenário, a Administração ajustou as estimativas com fundamento nos limites máximos de produtividade admitidos pela IN 05/2017 para áreas compatíveis com o objeto, considerando, entre outros parâmetros, as faixas de 800 m² a 1.200 m² para áreas internas, 1.800 m² a 2.700 m² para áreas externas e 130 m² a 160 m² para esquadrias externas, conforme a natureza de cada ambiente. Tal ajuste mostra-se tecnicamente adequado e necessário para compatibilizar a nova realidade física da unidade com a contratação pretendida.

7.4. Caso a produtividade não fosse revista, haveria aumento exorbitante do contrato atual, onerando indevidamente a Administração e, em termos práticos, dificultando ou até inviabilizando a execução contratual em bases razoáveis de economicidade e eficiência. Ressalte-se, inclusive, que a metragem total da nova Delegacia de Cruzeiro do Sul ficou superior à da própria Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, situada na capital, cuja área total estimada é de 20.252 m², o que evidencia a dimensão excepcional da nova estrutura.

7.5. Assim, o ajuste das estimativas não decorre de escolha arbitrária, mas de medida técnica, necessária e proporcional, destinada a adequar a futura contratação à real dimensão do novo prédio, evitando sobrecustos, preservando a exequibilidade do contrato e assegurando maior vantajosidade para a Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.811.991,72

8.1. A justificativa da metodologia da estimativa de preços da contratação encontra-se na Lici. Atestado de Conform. de Pesquisa de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Optou-se pela **não realização do parcelamento do objeto**, consolidando-se a contratação da **totalidade da área útil (m²)** em **item único e global**, considerando que o serviço de limpeza e conservação será executado com base em **produtividade por metro quadrado**, e não por postos fixos.

9.2. A adoção desse modelo proporciona maior **racionalidade técnica e econômica**, uma vez que permite dimensionar a equipe de trabalho com base em parâmetros objetivos de produtividade, conforme orientações da **Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017**, considerando a frequência da limpeza, o tipo de ambiente e o grau de sujeidade.

9.3. O fracionamento da contratação em múltiplos itens ou lotes, por outro lado, acarretaria:

- **Perda da economia de escala**, elevando os custos unitários em razão da fragmentação logística e operacional;
- **Dificuldades na gestão e fiscalização**, com múltiplas contratadas e variações de padrão de execução;
- **Risco de descontinuidade** e ineficiência na distribuição das equipes e insumos entre as unidades atendidas;
- **Comprometimento da uniformidade do serviço**, que depende de uma gestão integrada e centralizada.

9.4. Além dos aspectos técnicos e operacionais, a contratação em item único também contribui para **facilitar a condução do processo licitatório**, especialmente em **pregões eletrônicos**, ao reduzir a complexidade do edital, da análise de propostas, da habilitação e da adjudicação. Essa simplificação torna o procedimento mais ágil, transparente e menos sujeito a falhas ou impugnações, sem prejuízo à competitividade, já que diversos fornecedores do mercado estão plenamente capacitados a atender o objeto em sua totalidade.

9.5. Por fim, esse modelo também assegura **maior controle orçamentário**, com previsibilidade de custos globais e flexibilidade para ajustes contratuais, sempre dentro dos parâmetros legais e técnicos estabelecidos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização possui **caráter autônomo**, não estando vinculada diretamente a outras contratações interdependentes ou condicionantes para sua execução.

10.2. No entanto, pode ser considerada **correlata** a outras contratações de natureza **acessória**, como:

- **Fornecimento de outros materiais de consumo**;
- **Manutenção predial e de equipamentos** (elétricos, hidráulicos, elevadores etc.), que, embora distintas, compartilham os mesmos espaços físicos e demandam compatibilização entre equipes;
- **Copeiragem**: serviços auxiliares de preparo, distribuição e apoio em áreas de copa e alimentação, frequentemente executados por pessoal distinto da equipe de limpeza, mas que compartilham ambientes e demandas logísticas comuns, especialmente em áreas administrativas e de atendimento ao público;

10.3. Ainda assim, estas contratações ocorrem de forma **independente**, com objetos, critérios e processos licitatórios próprios, sendo a execução do serviço de limpeza plenamente viável de forma isolada, sem dependência técnica ou jurídica de outros contratos administrativos em vigor.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação consta no PGC/PCA 2026 (em execução), conforme abaixo:

200380-15/2026 APROVADA	Título contratação de mão de o...	Categoria Serviços	UASG atual 200380	Valor R\$ 1.270.372,00	Início 02/01/2026	Conclusão 31/12/2026	Situação Aprovada	
----------------------------	--------------------------------------	-----------------------	----------------------	---------------------------	----------------------	-------------------------	----------------------	--

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário tem como finalidade garantir **ambientes salubres, organizados, seguros e adequados** ao funcionamento pleno das atividades institucionais da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e suas unidades descentralizadas.

12.2. Com a execução adequada do contrato, espera-se alcançar os seguintes benefícios:

- **Melhoria das condições de trabalho dos servidores e usuários**, com ambientes mais limpos, agradáveis e adequados à saúde ocupacional;
- **Preservação do patrimônio público**, por meio da conservação contínua de mobiliários, estruturas físicas e instalações prediais;
- **Prevenção de riscos sanitários e proliferação de agentes patogênicos**, contribuindo para a segurança biológica dos ambientes coletivos;
- **Maior eficiência operacional**, evitando interrupções ou prejuízos às atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público;
- **Padronização e qualidade dos serviços**, com adoção de rotinas técnicas e critérios de desempenho previamente definidos;
- **Promoção da dignidade e inserção social**, por meio da contratação de mão de obra majoritariamente composta por mulheres em faixa etária acima de 40 anos, historicamente mais vulneráveis no mercado de trabalho formal;
- **Cumprimento das normas legais e regulamentares**, especialmente no que diz respeito à limpeza de áreas de acesso público, sanitários, copas, ambientes administrativos e operacionais.

12.3. Assim, a contratação atende não apenas ao interesse público primário relacionado à funcionalidade da Administração, mas também contribui com **impactos positivos na saúde, bem-estar e valorização humana**, tanto de servidores quanto da equipe contratada.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para viabilizar a contratação e garantir a adequada execução do objeto, serão adotadas as seguintes providências administrativas e operacionais:

- **Elaboração e aprovação do Termo de Referência (TR)**, contendo a descrição detalhada do objeto, critérios técnicos, quantitativos, produtividade, justificativas e demais requisitos definidos pela legislação vigente;
- **Inclusão da contratação no Plano Anual de Contratações (PAC)**, em conformidade com o disposto no Decreto nº 10.947/2022 e no art. 19 da Lei nº 14.133/2021, assegurando planejamento orçamentário e legalidade do procedimento;
- **Análise prévia da disponibilidade orçamentária**, com a devida reserva de recursos para atender ao valor estimado da contratação;
- **Elaboração e validação da minuta do edital e do contrato administrativo**, com parecer jurídico e aprovação da autoridade competente;
- **Abertura de processo licitatório na modalidade Pregão (preferencialmente eletrônico)**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- **Designação do gestor e fiscais do contrato**, com respectivas atribuições de acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução;
- **Capacitação da equipe de fiscalização**, para garantir conhecimento adequado sobre as rotinas de limpeza, produtividade por m² e controle de qualidade do serviço;
- **Definição de critérios de medição e pagamento**, com base em metas de produtividade, desempenho e conformidade com os serviços prestados;
- **Previsão contratual de cláusulas de reequilíbrio, penalidades, rescisão e responsabilidades**, conforme exigido pela legislação;
- **Publicação dos atos administrativos pertinentes** no sistema Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para garantir transparência e publicidade do processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A prestação de serviços de limpeza e conservação, embora de natureza rotineira, pode ocasionar impactos ambientais relevantes caso não sejam observadas práticas adequadas quanto ao uso, armazenamento e descarte de produtos e resíduos. Entre os principais riscos ambientais associados, destacam-se:

- **Uso de produtos químicos de limpeza com composição tóxica ou poluente**, como desinfetantes, detergentes, alvejantes e ceras industriais, os quais podem conter substâncias com potencial contaminante para o solo, o ar e, especialmente, os corpos d'água, caso haja descarte inadequado ou derramamento;
- **Riscos de contaminação do ambiente e das redes de esgoto**, em virtude do descarte incorreto de resíduos líquidos e embalagens de produtos químicos não biodegradáveis ou com alto teor de componentes ativos;
- **Armazenamento inadequado de produtos de limpeza**, sem separação por tipo, sem ventilação ou em locais de risco, o que pode ocasionar reações químicas, incêndios ou intoxicações acidentais;
- **Acidentes com vazamentos, respingos ou contato direto de produtos corrosivos**, tanto no ambiente quanto com os trabalhadores, gerando resíduos perigosos e risco de contaminação ambiental secundária.

14.2. Diante desses potenciais impactos, é imprescindível que a empresa contratada:

- Utilize **produtos de limpeza com registro ou notificação na ANVISA**, preferencialmente de baixo impacto ambiental (biodegradáveis, sem fosfatos ou solventes agressivos);
- Realize o armazenamento de produtos em **ambientes seguros, sinalizados, arejados e com contenção de derramamentos**;
- Implemente **procedimentos de descarte adequado das embalagens e resíduos gerados**, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Treine os trabalhadores quanto ao **manuseio seguro dos produtos químicos**, uso correto de EPIs e procedimentos de emergência ambiental;
- Mantenha plano de contingência para **acidentes ambientais**, incluindo vazamentos, contaminações ou incêndios envolvendo produtos de limpeza.

14.3. A adoção dessas práticas mitigará os possíveis impactos ambientais e garantirá o cumprimento da legislação ambiental vigente, bem como o compromisso institucional com a **sustentabilidade e responsabilidade socioambiental**.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.2. Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação continuada dos serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, equipamentos, utensílios e EPIs necessários à adequada execução contratual, mostra-se técnica e economicamente viável, além de adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, por assegurar a manutenção das condições de salubridade, higiene, organização e conservação dos ambientes institucionais, garantir o regular funcionamento das atividades da unidade e apresentar compatibilidade com as exigências operacionais, orçamentárias e legais aplicáveis, razão pela qual esta Equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS ROCHA SANCHES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 16:36:51.

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 14:39:57.